



Índice

- 01** Por mais um adolescente 'suicidado' pela nossa sociedade, em Mato Grosso do Sul!
Pelo direito à luta! Chega!
- 02** I Encontro da Juventude Indígena do Ceará, de 07 a 09/02
- 03** Justiça Federal dá 4 anos para Incra regularizar terras quilombolas no PA
- 04** EUA – Ex-missionário da Novas Tribos é condenado por tirar fotos pornográficas e abusar sexualmente de crianças na Amazônia
- 05** Indígenas invadem área verde na Zona Norte de Manaus
- 06** Aprosum pede em Brasília solução para famílias retiradas de Suiá-Missu
- 07** Alunos indígenas devem fazer matrículas no Campus Agreste
- 08** Adolescente indígena é violentada em aldeia de Laguna Carapã
- 09** Aldeia Lagoinha receberá advogados para orientações
- 10** Reitora da UFOPA recebe alunos e entidades indígenas
- 11** Evento relembra última batalha no Quilombo dos Palmares
- 12** Seind vai à Funai, em Brasília, pedir intervenção em conflito com indígenas no Sul do Amazonas
- 13** PF-AM retira índios de sede da Funai após quase três meses de ocupação
- 14** 'Presidente da Funai é ditadora', dizem índios em desocupação, no AM



- 15 [Xakriabás dizem que não deixarão fazenda em Itacarambi, Norte de MG](#)
- 16 [Campus Party: Barco Hacker leva tecnologia para ribeirinhos](#)
- 17 [Comissão se reúne no MA para falar da desocupação da reserva awá-guajá](#)
- 18 [Cabo Frio possui comunidade formada por quilombolas](#)
- 19 [Projeto Inclusão Digital chega a comunidades quilombolas da região](#)
- 20 [Famílias resistem em fazer o cadastramento para não sair de terras Awá-Guajá](#)
- 21 [Terra indígena xavante volta a ser invadida em Mato Grosso](#)
- 22 [Secretaria de Educação faz seletivo para professores indígenas, em RR](#)
- 23 ["Brejo dos Crioulos e os Poderes"](#)
- 24 [Rituais indígenas inspiram coreografia contemporânea](#)
- 25 [Suicídio entre adolescentes indígenas é tema de livro que será lançado hoje](#)
- 26 [Manifestantes pedem o fim do pedágio em Ortigueira](#)
- 27 [Funai: Coordenador afastado foi "bode expiatório" dizem entidades](#)
- 28 [Conflitos territoriais: Adriana Ramos fala sobre os recentes ataques aos indígenas](#)
- 29 [Índios prometem bloquear rodovia em Sapucaia hoje, quinta-feira](#)
- 30 [Índios Tupinambás e policiais trocam tiros em Buerarema, no sul da Bahia](#)
- 31 [O falido sistema prisional e o etnocídio contra os índios](#)



**Por mais um adolescente 'suicidado' pela nossa sociedade, em Mato Grosso do Sul!
Pelo direito à luta! Chega!**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014

"Mais um indígena suicidado, Tania. Agora foi um indígena de 18 anos, do acampamento Ñu Porã. Sem nenhum documento. O corpo está aqui na frente, num carro funerário. (...) Enforcado, como sempre. Veio parar aqui pra gente tentar identificar algum parente dele, já que não tinha nenhum documento. Os boatos que correm é que tem parentes na aldeia Taquaperi, no município de Coronel Sapucaia, no sul do estado. (...) Como o IML de Dourados está desativado, o corpo está aí, 'passeando' dentro de um carro de funerária. Até agora o caso não teve desfecho; além do trágico, claro".

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Neste caso específico, os (...) não se referem a cortes feitos por mim no texto, e sim a hiatos no tempo, na troca de mensagens, nas informações respondendo a perguntas que eu fazia, ao mesmo tempo em que trabalhava para o Mapa de Conflitos, lia e respondia outras mensagens urgentes, verificava as últimas sandices (como as que posto no final deste texto) de homens e mulheres enlouquecidos pelo ódio e pelo racismo, muitos se deixando insuflar e usar como massa de manobra.

Mudam as fronteiras, mas permanece o mesmo tipo de preconceito alimentado pela mídia corrupta. Que age a serviço da omissão de governos que não respeitam a Constituição, nem cumprem suas funções; da canalhice de um congresso que na sua maioria sequer merece a letra maiúscula; de juízes vendidos e de MPFs que esquecem as minorias e a Tutela e se preocupam exclusivamente com os 'colarinhos brancos' (Ah, PEC 37! Por esses com certeza eu não teria lutado!); dos diversos serviços do capital, em resumo!

Mudam, também, as vítimas e sua posturas. Há os que enfrentam até mesmo generais com falas altivas, em Tenharim Marmelos. Há outros, que tiveram a coragem de por dias dizer à Presidência da República que não enviariam quatro ou cinco representantes, pois eram 140, até que o Secretário Geral mandasse a Belo Monte os aviões necessários para levar todos a Brasília. Há os que estão nas universidades, se formando e, de imediato, retornando para devolver a seus parentes, nos tribunais, o conhecimento que o sacrifício de sua mãe lhe garantiu nas academias. Há, ainda, aqueles e aquelas que a discriminação, o preconceito e a ameaça dos jagunços levaram às beiras das estradas ou aos acampamentos precários, ao álcool, à prostituição e, finalmente, ao desespero irremediável e à total desistência da vida.

É esta a vergonha com a qual estamos convivendo quase que diariamente. É esta a vileza com a qual de uma forma ou de outra muitos brasileiros e brasileiras estão compactuando, concordando e, até, defendendo, como mostram os acintes ao jornalismo do sul do Amazonas, que na verdade significam muito pouco, se considerarmos o que escrevem vermes com títulos

CONT.



universitários nas páginas de opinião dos chamados 'grandes jornais'.

Esse menino ainda sem nome de 18 anos um dia teve mãe, pai, família. Teve direitos ratificados por ene leis que este bendito país (com minúscula proposital, embora eu saiba que estou me referindo ao Brasil, e pela regras gramaticais o P deveria ser maiúsculo) assinou, sancionou, promulgou mas, por negociatas abjetas movidas pelo intuito de manter o poder, simplesmente desrespeita e renega.

Enquanto escrevo este desabafo, até onde sei seu corpo adolescente continua "'passeando' dentro de um carro de funerária", no Mato Grosso do Sul. No sul do Amazonas, Aurélio Tenharim e seus parentes permanecem na reserva, tratados por selvagens como se fossem eles os animais selvagens. Na Bahia, nesta última madrugada, os Tupinambá foram obrigados a se defender (segundo o G1) com tiros da Polícia Federal que decidiu, ela, se reintegrar de um território que a Justiça já reconheceu como indígena...

Neste momento, há um lado meu que sente muita vergonha de ser brasileira! Sou Negra, Tenharim, Munduruku, Tupinambá, Guarani, Kaiowá, Awá, Xavante, Terena e outros tantos! Eles são meus irmãos! Se meu lado branco é o que vende este País e tenta escravizá-los, decididamente renego-o!

CONT.



Francisco Chagas Souza

há 21 horas

É com um grande pesar que me reporto ao nobre Procurador, creio eu que a JUSTIÇA é um direito de todos, obrigação do Estado ofertar aos seus cidadãos, condições dignas de vidas. Como entendo também, que EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS, princ... Ver mais

Terrinha contesta procurador federal
A justiça tem que ser igual a todos



www.acriticadehumaita.com.br

Curtir · Comentar · Compartilhar

17

77 pessoas curtiram isso.



Elissandra Tavares vamo matar esses indios filho da p....

há 20 horas · Curtir · 1



Olney Lemos estamos ai também. Adidos filha da puta

há 18 horas · Curtir



Meyre Souza Vamos cortar eles numa serra eletrica de um por um.rarara,pra ver se e bom.vamos em frente

há 18 horas · Curtir



Maria Jose Franca Mari #Brasilpaísda corrupção#



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

I Encontro da Juventude Indígena do Ceará, de 07 a 09/02
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2014





Justiça Federal dá 4 anos para Incra regularizar terras quilombolas no PA
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2014

Segundo juiz José Flávio de Oliveira, descaso viola direitos humanos. Incra diz que está trabalhando na solução do problema.

Do G1 Pará

A Justiça Federal do Pará concedeu nesta segunda-feira (27) uma decisão liminar determinando prazo de dois a quatro anos que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) conclua a regularização de terras de 14 comunidades quilombolas no estado. Segundo o Incra, o instituto está trabalhando para resolver estes problemas antes mesmo da decisão judicial.

Os territórios estão distribuídos pelos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Curralinho, na ilha do Marajó. Segundo o juiz José Flávio Fonseca de Oliveira, duas comunidades cuja regularização está mais adiantada, com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, devem ser regularizada no prazo menor. As demais tem até 4 anos para a tramitação dos processos.

Demora nas ações

Segundo a Justiça Federal, o Ministério Público contabiliza 1286 processos de regularização fundiária envolvendo descendentes de escravos. Destes, apenas 31 tiveram título de propriedade emitido, o que corresponde a 2,41% das ações. Ao contrário do que diz o Incra, o MP informa que os processos que envolvem quilombolas do Marajó estariam parados há 10 anos.

De acordo com a decisão do juiz Fonseca de Oliveira, dos 14 processos listados pelo MPF apenas um foi autuado em 2004, cinco foram autuados em 2005, um em 2006 e sete no ano 2007. Isso, para o juiz, é prova de que a tramitação dos processos é lenta, e isso desrespeita o princípio de duração razoável do processo, classificando a atuação do Incra como "descaso e violação dos direitos humanos".



EUA – Ex-missionário da Novas Tribos é condenado por tirar fotos pornográficas e abusar sexualmente de crianças na Amazônia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2014

Reuters/Estadão

Um ex-missionário norte-americano que admitiu ter tirado fotos pornográficas de crianças enquanto trabalhava com uma tribo da Amazônia foi condenado nesta terça-feira a 58 anos de prisão nos Estados Unidos.

Warren Scott Kennell, de 45 anos, declarou-se culpado em setembro de duas acusações de produção de pornografia infantil entre 2008 e 2011.

A juíza-chefe distrital, Anne Conway, destacou na sentença que Kennell tinha abusado de sua posição de confiança como missionário, afirmou em comunicado a procuradoria norte-americana em Tampa.

Warren, que é de Nova Jersey, admitiu que tinha amizade com as crianças na tribo e que depois abusou sexualmente delas enquanto trabalhava em um projeto da organização Missão Novas Tribos de Sanford, na Flórida.

Os investigadores encontraram 940 imagens pornográficas em um disco rígido externo em sua bagagem quando foi parado e revistado no Aeroporto Internacional de Orlando em maio. Segundo os promotores, ele se identificou em uma das fotos como sendo o homem que praticava um ato sexual com uma menina pré-adolescente.

"Kennell representa o pior tipo de criminoso, que ataca crianças inocentes", disse em comunicado a agente especial adjunta encarregada pelo escritório em Tampa do Departamento de Segurança Interna, Shane Folden.

A Missão Novas Tribos, localizada ao norte de Orlando, se denomina em seu site como uma organização cristã evangélica focada na implantação de novas igrejas entre as tribos indígenas, que descreve como isoladas da Bíblia por causa da língua e cultura.

"Estamos deprimidos", disse Pam McCurdy, da Missão Novas Tribos, por e-mail. "Somos gratos às autoridades pela acusação deste indivíduo", disse ela, acrescentando que a Missão Novas Tribos estava "firme em nosso compromisso de fazer tudo ao nosso alcance para evitar que isso aconteça novamente."

Indígenas invadem área verde na Zona Norte de Manaus

SÍTIO A CRÍTICA, 29.01.2014

Liderança Kokama diz que quer mostrar aos governos que eles estão amparados por lei. No local existem 150 famílias, num total de 600 pessoas, segundo líder



Líderes informaram que no local há índios das etnias Kokama, Kaixana, Sateré Mawe, Tucano, Mura, Apurinã e Baré (Lucas Silva)

Quase 150 famílias que alegam ser indígenas entraram em confronto na manhã desta quarta-feira (28) com moradores no conjunto Francisca Mendes 2, na Zona Norte. A Polícia Militar precisou intervir, mas não houve feridos. Os indígenas invadiram uma área verde localizada entre os conjuntos Francisca Mendes e Alfredo Nascimento há oito meses e nesta quarta-feira, avançaram para os fundos das casas das pessoas que moram no local há 20 anos. Os índios deram o nome à ocupação de Assentamento Sol Nascente.

Apesar da invasão, havia um acordo verbal entre índios e moradores para que a ocupação não ultrapassasse os limites dos terrenos legalizados na área. Porém, na noite de segunda-feira, os índios derrubaram a cerca que existia no local e construíram barracos nos fundos das casas dos moradores. Aproximadamente 50 barracos foram erguidos na área. Na manhã desta quarta-feira, os moradores foram questionar a quebra do acordo com os indígenas e houve confusão. Índios e moradores discutiram e a polícia foi acionada para evitar conflitos.

Tanto índios quanto moradores alegam que sofreram agressão. A índia Nara Sateré Mawe, por exemplo, disse que foi agredida no pulso por um morador. O operador de máquina Roberdan

CONT.



Mendes Zogaib, 44, mora na rua Tiuma, antiga rua 87, há 18 anos. Ele disse que foi mantido em cárcere privado pelos índios durante 20 minutos. Ele é dono de uma das dez casas que ficam de fundo para a área invadida e questionou a retirada da cerca. Roberdan contou que foi empurrado pelos índios e teve lanças apontadas contra ele, além de sofrer ameaças. O morador só foi liberado depois da chegada da polícia.

O cacique Kauíxe Kokama, cujo nome em português é Eledilson Correa Dias, disse que os índios não querem conflito e que apenas estão reivindicando um território que "por direito histórico" é deles. Porém, a área invadida pertence ao município, segundo a polícia. Apesar do tumulto ter sido contornado, ninguém foi retirado do local.

A PM atuou como mediadora do conflito e os indígenas prometeram não que construiriam mais barracos para não provocar os moradores. No entanto, bastou à polícia sair do local para que a construção de mais barracos fosse retomada.

Os moradores da área denunciaram à polícia que os índios desmataram a área e expulsaram os animais que habitavam o local. "Todo o dia eu colocava banana nas árvores e os macacos vinham comer aqui sem serem incomodados. Até um casal de araras vermelhas vinha para cá. Todos foram os expulsos pelas pessoas que se dizem índios. Eles derrubaram as árvores e estão no terreno agora", disse Roberdan.

Moradores se dizem 'tensos'

Os moradores afirmam que vivem em clima de tensão. A dona de casa Genir da Silva Marques, 50, mora na rua Tiuma, antiga rua 87, há 20 anos e está apreensiva sobre o que pode ocorrer. "Nosso medo é que agora tem gente no fundo das nossas casas. Antes não tinha. Não sabemos se eles vão avançar para as nossas casas e se vão respeitar quem mora aqui. A polícia veio, evitou algo pior, mas disse que não poderia tirar eles sem a determinação de um juiz. A polícia foi embora e se eles começarem a brigar aqui como vai ser? Até a polícia chegar algo pior pode acontecer. O ideal seria eles saírem do terreno porque não são os donos. É uma área verdade da prefeitura", disse.

De acordo com o cacique Kauíxe Kokama, os índios foram orientados a não provocar os moradores. Ele disse que é necessário a intervenção das três esferas de governo, municipal, estadual e federal, para encontrar a melhor solução. "O conflito não leva a nada", disse.

Aprosum pede em Brasília solução para famílias retiradas de Suiá-Missu
SÍTIO OLHAR DIRETO, 29.01.2014



Para cobrar uma solução quanto ao projeto de assentamento das famílias retiradas da Gleba Suiá-Missu (em Alto Boa Vista, 1.100 km de Cuiabá) e pedir agilidade no julgamento do mérito da ação sobre a área, o presidente Associação dos Produtores Rurais da Área Suiá-Missú (Aprosum), Sebastião Prado e o advogado Luiz Alfredo Serezim de Abreu, viajam a Brasília no próximo dia 5 de fevereiro. Em 2012, 271 famílias foram retiradas da área em decorrência de uma decisão devolvendo a área de 165 mil hectares para a etnia Xavante. Então, nessa semana, um ano após a desocupação da Terra Indígena Marawaitséde, pelo menos 300 pessoas retornaram a região conhecida como 'Posto da Mata' cobrando políticas públicas.

Dois helicópteros da Força Nacional estão na Suiá Missú e comboio da PF está a caminho. Temendo conflito, prefeito de Alto Boa Vista suspende expediente por 48 horas.

"A reunião, inicialmente, havia sido marcada para ontem, mas como o governador não pode comparecer ao encontro foi agendado", explica o presidente Sebastião Prado. "A nossa demanda ainda não foi transitada e julgada. O que houve foi uma antecipação de tutela com um plano homologado pela Justiça Federal". Procurada, a Secretaria de Comunicação do Estado (Secom-MT) ainda não confirmou a agenda da próxima semana do governador do Estado, Silval Barbosa.

O encontro da próxima semana será com o desembargador federal e vice-presidente do TRF 1ª Região, Daniel Paes. Em 12 de setembro de 2012, o desembargador suspendeu a retirada das famílias de não índios da Terra Indígena Marãiwatséde, atendendo a um pedido protocolado

CONT.



pela Associação dos Produtores Rurais da Área Suiá-Missú (Aprosum).

“Sem uma solução, as famílias retornaram para suas áreas. É um povo ordeiro, são produtores, pessoas de bem vocacionados ao trabalho. Não sou a favor da invasão. Essa decisão é uma necessidade. Não há política para assentamento dessas famílias O projeto Casulo é uma utopia”. O projeto Casulo Vida Nova, do Governo Federal, atende a famílias selecionadas como o Programa Minha Casa Minha Vida Rural.

Retorno

O vereador de Alto Boa Vista, Nivaldo Oliveira (PP), informou que na data de ontem (28), esteve na região do Posto da Mata e confirmou que o número de famílias é pequeno no local. “Eu estava lá na hora em que os três policiais federais chegaram ao local. Estavam em 62 pessoas no Posto. Acredito que boa parte das famílias que lá estavam começaram a retornar para suas fazendas. Eu conversei com as famílias de lá e disseram que irão permanecer na área”.

Com a remoção das famílias, os dois secadores de grãos e a fábrica de laticínios foram destruídos, deixando centenas de pessoas sem condição de sustento. “Não há emprego na região para toda essa demanda. A cidade é pequena e o município de Alto Boa Vista é pequeno para conseguir sustentar”.

No domingo passado a Justiça Federal determinou o reforço do efetivo da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) por conta do retorno das famílias para área indígena de Marãiwatsédé. O juiz Jeferson Schneider, da 5ª Vara da Justiça Federal determinou ainda que a PF passe a investigar os autores da ação de invasão.

Nessa semana, entidades como o Conselho Indigenista Missionário, Greenpeace, Instituto Socioambiental e Operação Amazônia Nativa, s emitiram nota ratificando que o retorno à área é “uma afronta ao direito do usufruto exclusivo das terras indígenas, em meio a ataques à legislação indigenista expressos em projetos inconstitucionais defendidos pela bancada ruralista”.

Entenda o caso

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Terra Indígena Marãiwatsédé foi reconhecida como terra tradicional indígena, homologada por decreto presidencial em 1998, o que, pelos termos do Art. 231 da Constituição, tornam nulos todos os títulos nela incidentes, não gerando direito a indenizações.

A ocupação por não índios, segundo a Fundação, teve início na década de 1960, a Agropecuária Suiá-Missú se instalou na região, onde sempre viveu o povo Xavante de Marãiwatsédé, dando início ao desmatamento da área e provocando a retirada dos indígenas para outra localidade. Os indígenas nunca se conformaram com a remoção e, sucessivas vezes, tentaram voltar ao seu território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

Em 1980, a fazenda Suiá-Missu foi vendida para a empresa petrolífera italiana Agip, que, durante a ECO 92, após reconhecimento público do direito indígena à terra, manifestou ao governo brasileiro o interesse de colaborar com a demarcação da terra indígena.

Enquanto a decisão se concretizava, ocorreram invasões ao local, gerando um clima de instabilidade e tensão entre indígenas e não indígenas.

Desocupação

A ação de desocupação dos não índios da TI Marãiwatsédé teve início em agosto de 2012, atendendo decisão do Juízo da Primeira Vara de Cuiabá/MT, que, em julho deste ano, determinou o prosseguimento da execução da sentença para efetuar a retirada dos não índios e garantir o usufruto exclusivo e a posse plena do povo Xavante sobre a Terra Indígena Marãiwatsédé, conforme determina o Artigo 231 da Constituição Federal. A terra indígena tem 165.241 hectares e está localizada entre os municípios mato-grossenses de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista. Atualmente, 928 indígenas Xavante habitam uma pequena parte da terra.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

Alunos indígenas devem fazer matrículas no Campus Agreste

SÍTIO PERNAMBUCO.IG, 29.01.2014

Curso exige carta de comprovação de membro de comunidade indígena

Acontecerá no dia 07 de fevereiro, a matrícula do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do no Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), voltado para o indígenas. O início das aulas está previsto para o dia 24 de fevereiro, com término no dia 01 de março.

Todos os aprovados na última seleção da Covest deverão levar ao CAA a documentação prevista no edital. É de extrema importância levar uma carta das lideranças comprovando que o novo aluno é membro do povo.



Adolescente indígena é violentada em aldeia de Laguna Carapã

SÍTIO LAGUNA INFORMA, 29.01.2014

No início da manhã desta terça-feira (28/01), o vice Capitão da aldeia Rancho Jacaré em Laguna Carapã/MS, procurou o Conselho Tutelar do município e os Conselheiros acionaram a Polícia Militar para fazer uma diligência até na aldeia Rancho Jacaré.

A Indígena adolescente J.D.A, foi violentada sexualmente na manhã desta terça-feira (28) na aldeia Rancho Jacaré, em Laguna Carapã.

De acordo com informações da Polícia Militar, a jovem de 13 anos teria sofrido a violência sexual de vulnerável, que foi praticado por Ailton da Silva de 31 anos, que também é morador da mesma aldeia, e acabou confirmando ter mantido relação com a vítima.

Diante do fato, foi dada a voz de prisão ao autor e entregue junto à autoridade de plantão na Delegacia da Polícia Civil de Dourados/MS.

A adolescente realizou exame e foi verificado o ato libidinoso, toda a ação foi acompanhado pelo Conselho Tutelar de Laguna Carapã.

Aldeia Lagoinha receberá advogados para orientações

SÍTIO RONDA DO MS, 29.01.2014



Marcelino Gabriel convidou Aldeias indígenas para ação no sábado

O cacique Basílio, e o vice-cacique Marcelino Gabriel, da Aldeia Lagoinha no município de Sidrolândia, firmaram parceria com o Grupo Feitosa de Comunicação, que estará com a Assessoria Jurídica no sábado (01/02), das 9 às 11 horas, prestando atendimento na Escola Extensão "Marcelino José".

O vice-cacique esteve na Rádio Pindorama durante o Jornal Ronda da Cidade nesta quarta-feira (29), quando convidou os indígenas da Aldeia Lagoinha e comunidades vizinhas para a ação.

Conforme os advogados, o atendimento se baseará em informações relacionadas a questões do direito, em especial de aposentadoria e outros assuntos de interesse da comunidade.

Mauro Silva



Reitora da UFOPA recebe alunos e entidades indígenas

SÍTIO O IMPACTO, 29.01.2014

Integrantes do Diretório Acadêmico Indígena foram recebidos pela reitora Raimunda Monteiro

A reitora da UFOPA, Raimunda Monteiro, recebeu nesta quarta-feira, 29 de janeiro de 2014, alunos integrantes do Diretório Acadêmico Indígena da UFOPA, que solicitaram a criação de um núcleo de acompanhamento e assessoramento acadêmico para assuntos indígenas na Universidade. A reunião contou com a participação da pró-reitora da Comunidade, Cultura e Extensão (PROCCE), Lucineide Pinheiro, e de representantes do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e do Grupo Consciência Indígena (GCI).

Segundo a reitora da UFOPA, o Núcleo terá o objetivo de facilitar a integração dos alunos indígenas junto às unidades acadêmicas e administrativas da UFOPA. "Em fevereiro haverá uma reunião de trabalho para definir o papel e a função do Núcleo, com a participação da Funai, Diretório Acadêmico Indígena, PROCCE, PROEN e representações indígenas", explicou.

Os alunos indígenas solicitaram ainda que, durante a avaliação do modelo acadêmico da universidade, também sejam discutidos mecanismos que garantam a concorrência apenas entre os alunos indígenas na escolha dos cursos de graduação. "Com a mudança ocorrida este ano no ingresso aos cursos da universidade, foram asseguradas 10% das vagas de cada curso de graduação para os alunos selecionados pelo Processo Seletivo Especial Indígena", afirmou.

A reitora informou ainda que representantes do Diretório Acadêmico Indígena irão fazer parte da comissão que será instituída na universidade com a incumbência de estabelecer cronograma e metodologias de avaliação do modelo acadêmico.

Outros assuntos discutidos durante a reunião foram o acesso a bolsas de auxílio financeiro aos indígenas e a inclusão da Semana dos Povos Indígenas, que ocorre no mês de abril, no calendário acadêmico da UFOPA.

UFOPA REALIZA 1ª JORNADA DE INTEGRAÇÃO DO PARFOR

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) realiza, nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, a 1ª Jornada de Integração do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que tem o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico e cultural dos discentes pertencentes ao PARFOR.

Promovido pela Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão (PROCCE), pela Coordenação-Geral do PARFOR e pelo Instituto de Ciências da Educação (ICED), o evento será composto por ciclo de palestras, minicursos, oficinas, campeonato esportivo, apresentações culturais e exposição de trabalhos acadêmicos e científicos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

O objetivo é possibilitar maior interação entre os discentes – além da divulgação e da troca de informações e experiências relacionadas às pesquisas desenvolvidas no âmbito das licenciaturas – e contribuir no cumprimento da carga horária das atividades complementares dos alunos.

A UFOPA possui atualmente 3.500 alunos-professores matriculados no PARFOR, distribuídos nos Câmpus de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém, municípios que também sediarão as atividades da Jornada. Os alunos participantes receberão certificação de atividade complementar como participantes ou como organizadores e proponentes das atividades.

As inscrições para a proposição de minicursos e oficinas começaram no dia 27 de janeiro de 2014, nas secretarias do PARFOR de cada município. Em Santarém, as inscrições também já iniciaram e poderão ser feitas na Diretoria de Programas e Projetos (DPP/ PROCCE), situada na Sala 105 do andar térreo do Câmpus Amazônia (Av. Mendonça Furtado, 2.946, bairro de Fátima). “Os alunos poderão participar da organização do campeonato esportivo e da proposição de minicursos e oficinas”, informa Victor Oliveira, da PROCCE.

Programação - Organizado pela Diretoria de Esporte e Cidadania (DEC/PROCCE), em parceria com os servidores dos câmpus da UFOPA, o Campeonato Esportivo integrará as modalidades de vôlei e futebol masculino e feminino. O campeonato ocorrerá simultaneamente nos câmpus da UFOPA nos dias 1º e 2 de fevereiro de 2014. Os times vencedores irão receber medalhas.

Organizada pela DPP/PROCCE, a Jornada do Conhecimento ocorrerá no dia 15 de fevereiro de 2014. Pela manhã, os professores do PARFOR ministrarão minicursos e oficinas. À tarde, haverá a exposição dos trabalhos acadêmicos dos discentes sobre temáticas de interesse nas categorias “Relato de Experiência” e “Experimento Empírico”.

Os relatos de experiência deverão ser de trabalhos acadêmicos, discussão de metodologias de trabalho, ou outro que caracterize uma experiência vivencial escolar ou acadêmica. Os experimentos empíricos deverão ser de práticas ou de instrumentos pedagógicos, ou de outros que caracterizem um experimento.

As atividades do Ciclo de Palestras, que estão sendo promovidas pelos próprios professores do PARFOR, já começaram nos câmpus da UFOPA e irão se estender até o dia 21 de fevereiro de 2014.

Mais informações sobre a 1ª Jornada de Integração do PARFOR/UFOPA pelo correio eletrônico dpp.ufopa@gmail.com ou pelo telefone (93) 2101-6529.

Sobre o PARFOR – É um programa nacional implantado pela CAPES em regime de colaboração com as secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e com as instituições de ensino superior. O objetivo principal do programa é garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da implantação de turmas especiais, exclusivas para os professores em exercício.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

Os tipos de cursos oferecidos são: Primeira Licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; Segunda Licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial; e Formação Pedagógica – para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica.

No Pará, cinco instituições de ensino superior oferecem cursos do PARFOR: Instituto Federal do Pará (IFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e UFOPA que, no âmbito do PARFOR, oferta as licenciaturas integradas em Biologia e Química; Matemática e Física; Português e Inglês; e História e Geografia; além do curso de Pedagogia.

Fonte: RG 15/O Impacto e Ascom/UFOPA



Evento relembra última batalha no Quilombo dos Palmares

SÍTIO PORTAL BRASIL, 29.01.2014

Terceira edição do projeto "De volta a Angola Janga" vai reunir descendentes de quilombolas que sobreviveram ao combate de 1694

Para relembrar a última batalha realizada no Quilombo dos Palmares, ocorrida em 6 de fevereiro de 1694, a Fundação Cultural Palmares – MinC realiza, por meio de sua Representação Regional em Alagoas, a terceira edição do projeto "De volta a Angola Janga". O evento, que reunirá os descendentes de quilombolas que sobreviveram ao combate, acontecerá nos dias 5 e 6 de fevereiro, no Sítio do Recanto, localizado na subida da Serra da Barriga, em União dos Palmares – AL.

De acordo com Maria José da Silva, representante da FCP-MinC no estado, o evento é uma reverência às origens, tanto africanas, quanto do Quilombo dos Palmares. "Mais do que uma homenagem, nós queremos resgatar a memória desses homens e mulheres que lutaram pela liberdade dos milhares de negros e negras que foram escravizados no Brasil", afirma.

História

O Quilombo dos Palmares resistiu por quase um século, tornando-se o maior centro de resistência negra no colonialismo. A nação erguida por africanos de diferentes etnias no Brasil foi batizada por eles de Angola Janga, que significa "pequena Angola". Foi neste lugar que negros, indígenas se refugiaram por décadas até sua derrubada pelo comandante Domingos Jorge Velho, contratado pelo então governador de Pernambuco para destruir os quilombos da região.

Confira a programação.

Fonte:

Fundação Cultural Palmares



Seind vai à Funai, em Brasília, pedir intervenção em conflito com indígenas no Sul do Amazonas

SÍTIO A CRÍTICA, 29.01.2014

Presidente Funai, Maria Augusta Assirati, garantiu que virá ao Amazonas, em fevereiro, para tratar se situação dos indígenas Tenharim e Jiahui, acusados pelo desaparecimento de três homens, em Humaitá



Entrada da reserva indígena Tenharim, no território de Humaitá (AM)
(Euzivaldo Queiroz/ Arquivo A CRÍTICA)

Uma comitiva coordenada pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) esteve em Brasília nas últimas duas semanas, com o objetivo de buscar soluções junto ao Governo Federal para a situação de conflito no sul do Amazonas, com povos das etnia Tenharim e Jiahui, acusados por moradores de Humaitá pelo desaparecimento de três homens, em dezembro passado.

Um dos principais pontos da agenda foi o pedido de inclusão do órgão e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) no grupo de trabalho que trata do caso naquela localidade, além da retomada urgente das atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Humaitá (a 600 quilômetros de Manaus) e na capital amazonense.

Acompanhado do coordenador da Coiab, Maximiliano Tukano, e do representante dos povos que vivem nas terras indígenas Tenharim Marmelos e Jiahui, Jurandir Tenharim, o secretário Seind, Bonifácio José Baniwa, recebeu da própria presidente Funai, Maria Augusta Assirati, a garantia de que ela estará no próximo mês de fevereiro em Manaus, para cuidar pessoalmente do assunto.

CONT.



Ainda em fevereiro, Bonifácio deverá retornar à capital federal com o intuito de apresentar os resultados e metas do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Funai, entre as quais, ações que beneficiam diretamente os cinco povos indígenas que vivem no sul do Amazonas.

“Fomos ouvir e buscar respostas das reivindicações feitas pelas organizações e lideranças indígenas junto ao Governo Federal”, disse o secretário da Seind. “Como parceiros, fomos buscar soluções para o impasse”, completou.

De acordo com o secretário, ao prestar apoio aos indígenas, a Seind cumpre a finalidade e objetivo que lhe competem, que é formular e promover a política de etnodesenvolvimento também aos povos indígenas do sul do Amazonas, com atividades, projetos e ações que estão em andamento para ser desenvolvidos naquela região do Estado.

Plano de ação

Além da Funai, a comitiva teve reuniões na Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e na Secretaria-Geral da Presidência da República, que é a responsável pelo grupo de trabalho formado para buscar a pacificação e solução no conflito da região de Humaitá.

O GT é formado também por representantes do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que estiveram na área para apurar os fatos, checar informações, ouvir e receber reivindicações dos povos atingidos.

“Eles estão trabalhando um plano de ação a ser apresentado aos ministros e, em seguida, aos povos, que deverá ser implementado pelas instituições a curto, médio e longo prazos em várias áreas”, destacou Bonifácio José.

Na Secretaria-Geral da Presidência da República, a comitiva foi recebida pelo secretário de Articulação Social da instância, Paulo Maldos, e assessores. Na SDH, a reunião foi com o secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Gabriel dos Santos Rocha, e equipe.

Conflito

A situação de conflito no sul do Amazonas foi agravada após a morte do cacique Ivan Tenharín, no início de dezembro, e o consequente desaparecimento de três homens na BR-230 (Rodovia Transamazônica). Os indígenas negam envolvimento no caso, mesmo assim, um grupo de moradores ateou fogo na Funai e Funasa, forçando o Governo Federal a intervir no caso.

Tanto o Exército quanto o Governo do Amazonas prestaram assistência aos indígenas, que pedem uma indenização de R\$ 20 milhões por danos causados às terras em questão, por conta da construção da Transamazônica. Uma ação foi ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) nesse sentido.

PF-AM retira índios de sede da Funai após quase três meses de ocupação
SÍTIO G1/AM, 29.01.2014

*Grupo ocupava local desde novembro para cobrar saída de coordenador.
Indígenas dizem que devem continuar acampados em frente à sede.*



Índios já ocupavam sede da Funai há três meses (Foto: Camila Henriques/G1 AM)

A Polícia Federal do Amazonas (PF-AM) retirou cerca de 60 indígenas da sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus, situada na Avenida Maceió, na Zona Centro-Sul da capital, na manhã desta quarta-feira (29). O grupo ocupava o local há quase três meses. Eles reivindicam a substituição do coordenador regional e melhorias no tratamento dispensado aos índios no estado.

A desocupação teve início por volta de 9h. Dois oficiais e quatro policiais da PF cumpriram a decisão. Os índios saíram de forma pacífica, mas afirmaram que o grupo deve continuar acampado em frente à sede da Funai. Segundo representantes do movimento, 96 lideranças da área rural Manaus e dos municípios de Autazes, Santo Antônio do Içá e Manacapuru devem chegar à capital nos próximos dias para se juntar ao grupo.

De acordo com a Justiça Federal do Amazonas, o mandado de desocupação que autoriza a retirada do grupo foi assinado pelo Juiz Federal Substituto Érico Rodrigo Freitas Pinheiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e foi expedido no dia 21 de janeiro. A decisão começou a ser cumprida a partir do dia 22.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

Ocupação

Um grupo de cerca de 30 indígenas invadiu a sede da Funai desde no dia 4 de novembro de 2013. Eles exigem a saída do coordenador regional, Eduardo Deziderio Chaves, e a nomeação de Rosembergue Sousa, da etnia Apurinã, para ocupar o cargo. De acordo com os líderes do movimento, os pedidos foram negados pela presidência da Funai em Brasília. O G1 entrou em contato com a assessoria da Fundação, que deve enviar nota à reportagem no início da tarde desta quarta.

'Presidente da Funai é ditadora', dizem índios em desocupação, no AM
SÍTIO G1/AM, 29.01.2014

Indígenas pedem mudança na coordenação regional do órgão.
Eles foram retirados da sede da Funai, após três meses de ocupação.



Indígena afirma que Funai 'escorraça' as etnias (Foto: Camila Henriques/G1 AM)

Os indígenas que ocupavam a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus, na Zona Centro-Sul da capital, pediram a vinda da presidente do órgão, Maria Augusta Assirati, ao Amazonas para dialogar com as lideranças do estado. Escolhido pelas etnias amazônicas para ser coordenador regional da Funai, Rosembergue de Souza, fez acusações à presidência do órgão.

"A presidente da Funai é uma ditadora. Ela não respeita os índios. A Funai diz que nós não temos competência para assumir um cargo na coordenação do órgão. Queremos que as nossas decisões sejam respeitadas", afirmou.

Ainda de acordo com os indígenas, Maria Augusta Assirati não veio a Manaus durante os meses em que os indígenas ocuparam a sede do órgão na capital. O grupo, de aproximadamente 60 índios, foi retirado do local pela Polícia Federal (PF) nesta quarta (29). "Essa nossa saída representa apenas a discriminação. Mandamos documentos, abaixo-assinado, e a presidente não veio, apenas um procurador que não entrou em acordo com a gente", criticou o cacique da etnia Mura, Nei de Souza, de 41 anos.

CONT.



Durante a desocupação, alguns indígenas fizeram um apelo às autoridades competentes. Foi o caso da cacique Vera Lucia, da etnia Patacóa, de Manicoré, que foi às lágrimas. "É pra isso que a Funai foi feita: para pisar, jogar, humilhar e escorçar o índio. A Funai oferece a miséria e a discriminação. Nós somos seres humanos!", disse, emocionada.

Desocupação

A Polícia Federal do Amazonas (PF-AM) retirou cerca de 60 indígenas da sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus, situada na Avenida Maceió, na Zona Centro-Sul da capital, na manhã desta quarta-feira (29). O grupo ocupava o local há quase três meses. Eles reivindicam a substituição do coordenador regional e melhorias no tratamento dispensado aos índios no estado.

Dois oficiais e quatro policiais da PF cumpriram a decisão. Os índios saíram de forma pacífica, mas afirmaram que o grupo deve continuar acampado em frente à sede da Funai. Segundo representantes do movimento, 96 lideranças da área rural de Manaus e dos municípios de Autazes, Santo Antônio do Içá e Manacapuru devem chegar à capital nos próximos dias para se juntar ao grupo.

De acordo com a Justiça Federal do Amazonas, o mandado de desocupação que autoriza a retirada do grupo foi assinado pelo juiz federal substituto Érico Rodrigo Freitas Pinheiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e foi expedido no dia 21 de janeiro. A decisão começou a ser cumprida a partir do dia 22.

Um grupo de cerca de 30 indígenas invadiu a sede da Funai desde no dia 4 de novembro de 2013. Eles exigiam a saída do coordenador regional, Eduardo Deziderio Chaves, e a nomeação de Rosembergue Sousa, da etnia Apurinã, para ocupar o cargo. De acordo com os líderes do movimento, os pedidos foram negados pela presidência da Funai em Brasília.

Ao G1, a assessoria da Fundação informou que durante o período da ocupação tentou inúmeros diálogos com os indígenas, "encaminhando documento a eles e fazendo reuniões, em articulação com o MPF e Justiça Federal, apresentando, ainda, propostas viáveis para que as demandas dos indígenas na cidade fossem melhor analisadas pela Funai". Entre as propostas, segundo o órgão, constavam a participação dos indígenas na cidade no Comitê Regional, instância consultiva e deliberativa composta por indígenas e servidores da Funai, e a criação de uma Coordenação Técnica Local temática para tratar dos indígenas em contexto urbano.

A Funai afirmou ainda que os indígenas não aceitaram e a Fundação ajuizou ação pedindo a reintegração de posse do prédio da instituição, alegando que a ocupação trouxe prejuízos ao trabalho indigenista, como a paralisação de contratos e licitações.

Quanto à proposta de alteração de coordenador regional, a Funai explicou que a nomeação e exoneração de coordenador "representa ato privativo da Presidência da Fundação, já que o cargo é de livre nomeação e livre exoneração da instância máxima do órgão", e que não foram constatados critérios técnicos que justificassem a troca.

Xakriabás dizem que não deixarão fazenda em Itacarambi, Norte de MG

SÍTIO BRASIL DE FATO, 18.11.2013

*Índios têm prazo de 30 dias para saírem de fazenda em Itacarambi.
Fazenda São Judas Tadeu está ocupada desde setembro de 2013.*



Faixa em uma das entradas da fazenda São Judas Tadeu (Foto: Michelly Oda / G1)

O Tribunal Regional Federal determinou que os índios Xakriabás deixem a fazenda São Judas Tadeu, em Itacarambi, Norte de Minas Gerais, ocupada desde setembro de 2013. Mas, segundo o cacique Santo Caetano Barbosa, a tribo não deixará a propriedade.

O prazo estipulado é de 30 dias e, se não for respeitado, a desocupação pode ocorrer de forma obrigatória, com uso de força policial. A decisão vale a partir da publicação no Diário Oficial e é baseada na indefinição quanto à demarcação das terras que seriam de propriedade dos indígenas.

CONT.



O desembargador federal João Batista Moreira destacou que, embora seja “grande a probabilidade de que a área em litígio seja reconhecida como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”, é preciso aguardar o resultado de um relatório elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre a delimitação do território.

Informações da Funai, apontam que Minas Gerais tem cerca de 31 mil indígenas, divididos em nove grupos, Atikum, Kaxixó, Xucuru-Kariri, Maxakali, Krenak, Pankararu, Pataxó, Tembé e Xakriabá.

Os Xakriabás estavam presentes em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Goiás e, segundo o TRF, em 1987, foram reconhecidos pelo Estado. Um decreto demarcou uma área de 10 mil hectares para a etnia. Mas o Ministério Público Federal aponta que a demarcação ocorreu sem que fossem realizados estudos antropológicos e que levassem em conta o conceito de tradicionalidade regulamentado pela Constituição Federal.

“Não cabe aos detentores de títulos formalmente legítimos fazer a prova de que a terra não fora, há mais de um século, ocupada por indígenas, mas aos índios, por meio de suas entidades representativas e do Ministério Público, fazer a demonstração positiva da posse imemorial”, afirmou o desembargador João Batista Moreira.

Após os problemas apontados no processo de demarcação, os Xakriabás perderam parte de seu território e a Funai iniciou novos estudos sobre a delimitação das terras indígenas.

De acordo com o cacique Santo, um dos líderes da ocupação, a expectativa é de que o relatório seja aprovado neste ano. Ele explica que a etnia quer 53 mil hectares no Norte de Minas. A fazenda São Judas Tadeu tem cerca de seis mil e é ocupada por 150 famílias.

“Estamos na propriedade e não pretendemos sair. Essa decisão é incorreta e foi tomada por falta de conhecimento das necessidades do povo Xakriabá e dos direitos que temos em relação à terra”, diz o cacique. Ele garante que a propriedade é utilizada para a subsistência das famílias por meio da agricultura, com plantações de milho e feijão, por exemplo.

Posição do proprietário

Denise Cerize Kolling, advogada do proprietário da fazenda, informou por nota que “a fazenda nunca foi área indígena, é uma propriedade ambientalmente correta, titulada há mais de 100 anos, integralmente produtiva. A propriedade produzia anualmente mais de 1.500 bezerros, continha 2.500 cabeças de gado, abastecendo o mercado local, tomando serviços, empregando famílias e gerando riquezas para o município de Itacarambi e região”.

A advogada afirmou também que os pastos da fazenda foram arrendados para gado de terceiros e dos próprios caciques, “o que confirma que o motivador da invasão não foi questões étnica ou social, mas sim econômico”. Já o cacique Santo Caetano Barbosa, informou por telefone que não há gado de terceiros na fazenda e que o pasto nunca foi arrendado.

Denise Cerize disse também que “a decisão é clara em reconhecer que a invasão é ilegal”. E
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

acrescentou que “esperamos que a desocupação se dê nos exatos termos da decisão do Tribunal Regional Federal em Brasília, que os invasores desocupem pacificamente a área invadida e que, caso não o façam, o Estado de Minas Gerais, através da Polícia Militar, vele pelo cumprimento da ordem de desocupação, garantido a plenitude do direito à propriedade.”

O G1 procurou pelo advogado dos Xakriabás, mas ele não foi encontrado para comentar a decisão.



Campus Party: Barco Hacker leva tecnologia para ribeirinhos

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 26.01.2013

São Paulo, (SP) - O isolamento de comunidades ribeirinhas da Amazônia e a dificuldade de acesso a diversos bens, serviços e outros direitos ainda são constantes no Brasil. Mas uma "iniciativa hacker" busca reduzir a distância entre moradores dos rios e conectá-los com as inovações tecnológicas e sociais. Proposto pela Casa de Cultura Digital do Pará, a ação, que utiliza uma embarcação e por isso ganhou o nome de Barco Hacker, empreende expedições rumo a ilhas e municípios da Amazônia com o objetivo de disseminar webcidadania.

"Sete meses depois de montarmos a Casa, recebemos a doação de um barco com capacidade para 30 pessoas para fazer viagens e levar oficinas de webcidadania", conta Camila Brito, diretora administrativa da organização. O barco funciona há quatro meses na região. Segundo Camila, o contato com as comunidades pode começar de diversas formas: do boca-a-boca à comunicação via carta, telefone ou internet. "A função é disseminar cultura. O canal a gente deixa livre e aberto", completa Camila.

A iniciativa está sendo apresentada na Campus Party 2014, que acontece em São Paulo, e reúne projetos de empreendedorismo, inovação tecnológica e cultura digital.



Comissão se reúne no MA para falar da desocupação da reserva awá-guajá
SÍTIO G1, 30.01.2014

*Preocupação é com o reassentamento de quem terá que deixar a área.
Famílias têm até o dia 7 de fevereiro para se cadastrar junto ao Incra.*

Uma comissão se reuniu em São Luís para falar sobre a operação de desocupação da reserva indígena awá-guajá, no centro do Maranhão. A maior preocupação é com o reassentamento dos pequenos agricultores que terão de deixar a área.

Na reunião que durou três horas estiveram presentes representantes da secretaria-geral da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério Público Federal, da Justiça Federal, do Incra e da Funai.

O foco da reunião é o destino dos trabalhadores rurais que ocupam áreas da reserva awá-guajá. Foram identificadas no local mais de 300 famílias de pequenos agricultores, que precisam ser reassentadas ao deixar a reserva.

As famílias têm até o dia 7 de fevereiro para fazer o cadastramento junto ao Incra. De acordo com o órgão, até agora, apenas 165 famílias se cadastraram. Além de assentadas, elas deverão ser inscritas em programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família.

O prazo para que os notificados deixem a reserva awá é de 40 dias, a partir da data da notificação. "Após esse prazo, serão examinadas as situações que foram apresentadas, mas as pessoas terão de deixar aquele espaço", explica Alexandre Soares, procurador da República no Maranhão.

A operação para desocupar a reserva começou há 15 dias e 427 famílias já receberam a notificação para deixar a área.

Cabo Frio possui comunidade formada por quilombolas

SÍTIO O GLOBO, 30.01.2014

Dona Eva, moradora mais velha de Praia Rasa, lembra sem ressentimentos do período em que a avó foi escrava



Do bem. Dona Eva: casa de portas abertas para receber quem aparece, e perdão como um dos segredos da longevidade. Agência O Globo / Guilherme Leporace

CABO FRIO - A comunidade de Praia Rasa, em Cabo Frio, tem uma guardiã viva da história do vilarejo. Dona Eva da Conceição Oliveira, de 104 anos, é neta de escravos que, aliados a outros tantos, após a assinatura da Lei Áurea, escolheram o local para desfrutar da até então desconhecida liberdade. A quilombola mais querida da vizinhança - que deixa as portas de sua casa sempre abertas - ia começar a se arrumar para a entrevista, quando foi surpreendida pela equipe do GLOBO-Praias em sua cozinha:

- Fiquem à vontade. Todo mundo aqui me conhece e gosta de mim. Não me lembro dos nomes das pessoas, mas falo com todos que vêm à minha casa, dou comida e conselho.

História é o que não falta. Dona Eva, que foi mãe 12 vezes, e hoje tem nove filhos vivos, lembra sem ressentimentos - perdoar, segundo ela, é um dos segredos da longevidade - o período em que sua avó trabalhava como escrava numa fazenda vizinha.

- Vovó criou mamãe naquele lenço que as escravas amarravam nas costas para prender os bebês. Ela roçava o café e limpava a cana com a minha mãe pendurada. Na época da Abolição, minha mãe tinha

10 anos, e se livrou do trabalho forçado porque, onde elas moravam, só se começava a trabalhar aos 18 anos - conta.

As histórias contadas por dona Eva intrigaram tanto Valmir Conceição Oliveira, seu 11º filho, que ele foi pesquisá-las em Portugal. Lá confirmou em bibliotecas e arquivos públicos de Lisboa as informações transmitidas pela mãe.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

Projeto Inclusão Digital chega a comunidades quilombolas da região

SÍTIO JORNAL TERCEIRA VIA, 30.01.2014

Cerca de 860 quilombolas terão acesso a 77 novos computadores

O Projeto Inclusão Digital chega a comunidades quilombolas da região. Nesta quarta-feira (29 de janeiro), o Instituto de Desenvolvimento Afro Norte e Noroeste Fluminense (Idannf) recebeu 77 computadores, por meio de uma parceria com o Banco do Brasil.

Segundo a presidente do Idannf, Lucimara Muniz, cerca de 860 quilombolas terão acesso aos novos equipamentos que chegam às comunidades de São Fidélis; Conceição de Imbé; Cambuci; Deserto Feliz e Barrinha, que ficam em São Francisco de Itabapoana; Lagoa Feia em Campos, entre outras comunidades da região.

“O objetivo é fortalecer a identidade quilombola, no qual seus integrantes podem acessar a política de suas comunidades, assim como promover o desenvolvimento social em seu contexto”, disse acrescentando que os dez aparelhos entregues a cada comunidade deverão estar operando até março.

Famílias resistem em fazer o cadastramento para não sair de terras Awá-Guajá
SÍTIO O IMPARCIAL, 30.01.2014



Apenas 165 famílias estão cadastradas e 300 em situação irregular

Há menos de oito dias para o fim do cadastramento das famílias que devem deixar as terras indígenas Awá-Guajá, localizada nas cidades de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, apenas 165 famílias das 465 notificadas pela Justiça Federal realizaram o cadastramento nos postos do Incra-Ma. Segundo informações de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB-MA), há grupos na localidade que estão manipulando a população a não fazer o cadastramento e com isso, perder alguns benefícios, inclusive, os programas sociais federais como o Bolsa Família.

Durante a tarde de ontem, ocorreu uma reunião na sala de audiência da 5ª Vara da Justiça Federal, na Areinha, que contou com a presença do juiz José Carlos Madeira, integrantes da Secretaria da Presidência da República; o superintendente do Incra – Ma, José Inácio Rodrigues; representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema); e da Federação da Agricultura e Pecuária do Maranhão (Faema) para fazer o balanço da Operação de Desintrução, que começou desde o começo do mês de janeiro, nas terras indígenas.

Foram mais de três horas de reunião. De acordo com o juiz José Carlos Madeira, ficou determinado que as famílias tem 40 dias depois de serem notificadas para desocuparem a terra de forma voluntária. Exceto, casos especiais como doenças eles terão um prazo maior,

CONT.



mas, isso será avaliado pelo Comitê de Desintrusão das Terras Awá-Guajá. Como ainda ficou firmado que o prazo de cadastramento será encerrado no dia 7 de fevereiro e, no próximo dia 13, mais uma vez os trabalhos de desocupação serão avaliados e deliberadas novas ações. "Não é por causar de uma ou duas pessoas que o trabalho de desocupação seja prejudicado, pois, temos que cumprir as decisões judiciais", frisou José Carlos Madeira.

Já Antônio Pedrosa, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, declarou que existem grupos manipulando os moradores para resistir ao cadastramento do Incra-MA. No entanto, é necessário haver uma campanha de mobilização na localidade por meios da mídia ou pessoalmente para explicar a importância do processo para essas famílias, pois somente assim eles terão a garantia das suas terras e dos programas federais.

Ele também comentou que as terras que estão sendo disponibilizadas na cidade de Codó é um pouco inviável para assentar estas famílias devido a distância. O superintendente do Incra-Ma, José Inácio Rodrigues, falou que a cidade possui uma área aproximadamente de 40 mil hectares e pode comportar mais de 30 famílias. Além disso, há terras nos municípios de Igarapé do Meio, Pedro do Rosário e ainda cerca de 40 lotes de assentamento, localizados nas proximidades da reserva indígena.

José Inácio Rodrigues também declarou que durante os meses de janeiro e fevereiro, funcionários do Incra, Iterma e do programa do Governo Federal " Terra Legal" estão fazendo

CONT.

levantamento de outras localidades para assentar essas famílias e tendo como cidades Zé Doca, Bom Jardim e Bom Jesus das Selvas. "Todas essas áreas serão levantadas e mapeadas para poder fazer o assentamento dessa população, ou seja, garantir a terra para aqueles que preencherem os requisitos da reforma agrária", afirmou.



Terra indígena xavante volta a ser invadida em Mato Grosso

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 30.01.2014

Exatamente um ano após autoridades federais terem cumprido a ordem judicial que determinava que todos os não índios deixassem voluntariamente ou fossem retirados do interior da terra indígena xavante Marãiwatsédé, em Mato Grosso, um grupo de pessoas voltou a ocupar irregularmente a área. A retirada dos invasores foi concluída no final de janeiro do ano passado.

Desde o fim da chamada desintrusão, ou seja, da retirada dos não índios, em janeiro de 2013, a reserva vem sendo alvo da ação ilegal de madeireiros e invadida por antigos posseiros e trabalhadores rurais que, afirmando não terem para onde ir, exigiam que fossem assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em outras áreas.

No último final de semana, poucos dias após os últimos homens da Força Nacional deixarem a região, lideranças xavantes denunciaram que ao menos 50 pessoas voltaram a invadir a terra indígena e perseguiram um cacique que tentou se aproximar do grupo. Ainda segundo o relato dos índios ao Ministério Público Federal (MPF), boatos davam conta de que outras pessoas logo se somariam aos invasores.

Quando a invasão ainda era iminente, o MPF pediu à Justiça Federal o reforço policial na região. Ao analisar o pedido, o juiz federal Jeferson Schneider, da 5ª Vara, apontou que, ante a "completa ausência das forças de segurança do estado na região" e "da notícia de que existem fundadas razões para se concluir que a terra indígena será novamente invadida", é necessário o reforço do efetivo policial federal na região, limitando o acesso ao interior da reserva.

O juiz determinou ainda que, havendo a invasão, os policiais devem, além de apreender veículos e equipamentos utilizados pelos invasores, identificar os participantes, especialmente as lideranças, para que, se necessário, o MPF possa requisitar a prisão dos mesmos.

Procurada pela Agência Brasil, a assessoria da Polícia Federal (PF) em Brasília informou que agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) já se encontram no local e que a PF, por sua vez, está levantando as informações sobre a situação para, em conjunto com o Ministério da Justiça, definir a linha de atuação para cumprir a decisão judicial, garantindo a segurança da comunidade indígena e a inviolabilidade da reserva.

O medo de um eventual confronto entre índios e não índios levou a prefeitura de Alto Boa Vista, a cerca de 900 quilômetros da capital mato-grossense, Cuiabá, a decretar ponto facultativo na terça (28) e quarta-feira. "Levamos em conta o risco de um tumulto na retomada. Tanto os antigos moradores quanto os índios e até a polícia acabam nos pedindo coisas, alguns querendo que tomemos partido. E como isso está nas mãos da Justiça, achamos que a prefeitura deve se manter imparcial", disse o prefeito Leuvite Domingues Gonçalves (PMDB) à Agência Brasil. Gonçalves disse não ter visto agentes federais chegando à cidade após a determinação judicial.

CONT.



Pelas estimativas do prefeito, mais de 270 não índios expulsos da área podem ter voltado a ocupar a área indígena. "São parte das pessoas cadastradas pela prefeitura que estavam vivendo na cidade, muitas vezes de favor na casa de parentes e amigos. A cidade agora está quase vazia e muitas dessas pessoas se espalharam pela reserva, voltando a ocupar as áreas em que viviam antes".

Evitando tecer julgamentos, Gonçalves disse entender a atitude das pessoas que retornaram à área. "É como que um protesto. Eles se cansaram de esperar por uma solução definitiva. Muitos são trabalhadores que estão sem serviço, recebendo cestas básicas, vivendo em locais sem água ou energia elétrica".

Marãiwatsédé fica na região norte de Mato Grosso, a cerca de mil quilômetros de Cuiabá, e possui 165 mil hectares (um hectare equivale aproximadamente às medidas de um campo oficial de futebol). A área chegou a ficar conhecida como Gleba Suiá Missú, uma alusão à antiga fazenda criada com a ajuda dos próprios índios que viviam na região e, tempos depois, foram expulsos. O Estado brasileiro reconheceu e homologou a área como território tradicional indígena em 1998, mas só em janeiro de 2013 a União conseguiu concluir a retirada dos não índios.

A ação de desintrusão durou dois meses, envolveu homens do Exército, da PF, da PRF, servidores da Funai e de outros órgãos e chegou a ser classificada pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria-Geral da República, Gilberto Carvalho, como uma "verdadeira operação de guerra".

Nessa segunda-feira (27), as organizações não governamentais (ONGs) Conselho Indigenista Missionário (Cimi, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB), Instituto Socioambiental (ISA), Greenpeace e Operação Amazônia Nativa (Opan) apresentaram nota pública manifestando apoio ao retorno da força policial a Marãiwatsédé, pedindo tratamento digno também aos pequenos posseiros que eventualmente estejam no local.

"Essa nova invasão a Marãiwatsédé é mais uma afronta ao direito do usufruto exclusivo das terras indígenas, em meio a ataques à legislação indigenista", sustentam as organizações na nota. "Alertamos sobre a gravidade desse fato e a reincidência de atos de ilegalidade praticados contra as terras indígenas, em total desrespeito aos povos e à Justiça brasileira, solicitando que o Estado brasileiro tome medidas enérgicas para desestimular e punir atitudes criminosas como essa".

Segundo o Cimi, a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para que todos os não índios deixassem a área não pode mais ser revertida, pois o caso transitou em julgado, não comportando mais nenhum recurso judicial. Em outubro de 2013, o STF confirmou decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), reiterando que a posse da terra por não índios era fruto de má-fé, já que eles ocuparam o local sabendo se tratar de terra indígena.

A Agência Brasil não conseguiu contactar as lideranças xavantes em Marãiwatsédé. (Fonte: Agência Brasil)



Secretaria de Educação faz seletivo para professores indígenas, em RR

SÍTIO LINEAR CLIPPING, 30.01.2014

As inscrições podem ser feitas na Escola de Música até o dia 4 de fevereiro. Serão contratados 1.077 professores substitutos para todo o estado.

A Secretaria Estadual de Educação e Desportos (Seed) abriu processo seletivo simplificado indígena para contratação de 1.077 professores substitutos para atender Roraima. O certame é direcionado exclusivamente aos professores indígenas.

Os docentes selecionados irão atender as modalidades de Ensino Fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e, ainda, línguas maternas (Ingarijó, Macuxi, Taurepang, WaiWai, Wapichana, Yanomami, Ye'kuana e Patomona).

Para o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) são oferecidas 235 vagas. Para as séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), ensino médio e EJA são 482 vagas, e para a língua materna indígena são 360 vagas.

A carga horária de trabalho será de 25 horas semanais, sendo 16 horas de efetiva docência e nove horas para planejamento e atividades extraclasses. A remuneração varia entre R\$ 1.528,44 a R\$ 2.122,57. O contrato do seletivo terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

A seleção será realizada mediante análise curricular de caráter classificatório, avaliação de títulos e também entrevista oral e prova escrita para os candidatos de língua materna.

Inscrições

As inscrições já estão abertas e seguem até o próximo dia 4 de fevereiro na Escola de Música de Roraima (Emurr), localizada no Parque Anauá, das 8h às 11h30 e das 14h às 17h. O edital com todas as informações sobre o certame está disponível na própria escola.

Além dos documentos pessoais e de formação profissional, também será exigido do candidato o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani), emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Conforme o cronograma do processo seletivo, as entrevistas para os candidatos de língua materna serão feitas nos dias 29, 30 e 31 de janeiro e 3 e 4 de fevereiro.

A divulgação do resultado preliminar está agendada para o dia 7 de fevereiro. Já o prazo para a interposição de recursos será nos dias 10 e 11 de fevereiro. A divulgação do resultado final está prevista para o dia 14 de fevereiro e a convocação, cadastro e lotação, entre os dias 17 a 21 de fevereiro.



“Brejo dos Crioulos e os Poderes”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014

Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas

Recebo notícias de que em torno de 120 famílias quilombolas de Brejo dos Crioulos reocuparam a fazenda do prefeito de Varzelândia Felizberto, no referido território. Esta área foi desapropriada pela presidente Dilma em 29 de setembro de 2011. Os quilombolas ocupavam esta fazenda já há muito tempo e tinha nela plantações, quando, no dia nove deste mês, o prefeito de Varzelândia, com jagunços e armas no carro da prefeitura, que foi escoltado pela polícia militar, realizou um despejo na marra, atentando contra a vida de José Carlos de Oliveira Neto, com três tiros de armas calibre 12. Logo após o despejo na marra colocaram gado na plantação dos quilombolas, que perderam todo o trabalho de roça realizado, para o sustento das famílias. De 2004 até hoje mais de 20 despejos legais e ilegais foram realizados no território por policiais e jagunços e inúmeras vezes foi denunciada a presença de jagunços e milícias armadas na região.

Em 2007 dois quilombolas de Brejo foram feridos por jagunços com balas de carabina e ninguém foi preso;

em 2009 Lidião, irmão de lideranças quilombolas, foi assassinado por empregado do latifúndio e ninguém foi preso;

em 2011 liderança quilombola Edmilson foi esfaqueado pelo jagunço Roberto, chegando quase a falecer e ninguém foi preso;

em 29/09/2011 Dilma Rousseff assina o decreto de desapropriação do território;

neste mesmo ano Andréa Pochmann, delegada de polícia, num inquérito pede a prisão de 9 jagunços (dentre eles Roberto) e 4 fazendeiros por pistolagem e formação de quadrilha e o Ministério Público junto com o Poder Judiciário negam tal pedido e ninguém foi preso;

em 2012 numa ocupação morre o pistoleiro Roberto e em 12 dias o MP, Judiciário e polícia decretam a prisão de 9 quilombolas e prendem 5 quilombolas. Esse quilombolas estão há um ano e meio presos, sem provas concretas, sem poder aguardar e responder em liberdade. Presos estes com residência na comunidade e com abaixo assinado de mais de 400 famílias vizinhas, que os conhecem e solicitam a soltura dos mesmos;

em 2013 um tal de Ronaldo, ligado ao grupo dos Pernambucanos, já denunciados por pistolagem na área e do grupo de apoio ao prefeito de Varzelândia, desce de sua caminhonete e com chicote numa mão e pistola na outra chicoteia um menor quilombola e dá coronhadas em outro quilombola com vários dizeres racista numa estrada dentro do território e ninguém foi preso;

dia 9 deste mês o prefeito de Varzelândia Felisberto, com jagunços e armas dentro do carro da prefeitura, que foi escoltado pela PMMG, retoma sua área na marra, com tentativa de assassinato de José Carlos de Oliveira Neto (Véio) liderança quilombola, dando três tiros, no qual teve que fugir no meio da mata para não morrer, até agora ninguém foi preso e nem perdeu mandato por uso da máquina municipal, nesta pistolagem em propriedade particular;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

alguns dias depois numa área quilombola, vizinha de Brejo dos Crioulos, um grupo encapuçado de jagunços, atiraram e feriram vários quilombolas, numa tentativa de chacina, com várias pessoas indo para o hospital e ninguém foi preso.

Bem hoje em torno de 120 famílias retomaram a área, sabedores que são de que contra os endinheirados nada acontecerá. Resta saber se não teremos chacina.

Isso acima são alguns FATOS ocorridos neste 14 anos, já denunciados, escritos e protocolados em tudo quanto é tipo de mídia, órgão e instituição.

Poder Executivo, judiciário, MP e polícia, vocês existem para servir a quem? Esse fatos não deixam dúvidas a quem vocês servem e nós aqui dos grotões não temos também nenhuma dúvida a serviço de quem esses poderes estão.

Enviada por Elcio Pacheco para a lista do Cedefes.



Rituais indígenas inspiram coreografia contemporânea

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 30.01.2014

Criação da Cia. Oito Nova Dança está em cartaz no Sesc Pinheiros, em SP

Em trabalho conjunto com a Companhia Livre de Teatro e um antropólogo, grupo pesquisou mitos

IARA BIDERMAN DE SÃO PAULO

Guarani, carajá, caiapó. Waja, awá guaja, marabu. Tucano, kaxinawa. Ianomâmi.

Oito artistas da companhia Oito Nova Dança e da Companhia Livre de Teatro escolheram essas tribos para uma jornada coreográfica em busca de seu corpo ancestral --que se movimenta como um pássaro, por exemplo, conforme características pessoais e história de vida.

No espetáculo "Xapiri Xapiripê", em cartaz no Sesc Pinheiros, em São Paulo, os bailarinos-atores-músicos transformam mitos indígenas em dança contemporânea, movimentos em novas formas de se ver o corpo. Como num ritual xamanista, a dança é um corpo que se transforma em outros seres.

O nome da obra vem da mitologia ianomâmi. "Xapiripê" são pequenos seres da floresta, duplos de todas as coisas vivas, que dançam sobre espelhos que refletem só luz", conta Lu Favoreto.

A coreógrafa trabalha com a diretora Cibele Forjaz, da Cia. Livre, há mais de cinco anos. Para montar "Xapiri Xapiripê", foram quase dois anos de pesquisa, com a orientação do antropólogo Renato Sztutman, professor da USP e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios.

"O conteúdo chegou via antropólogo: imagens, audiovisuais, textos. E a gente percebeu como ainda se conhece muito pouco desse universo dos índios", diz Favoreto.

O tema abre um mundo de possibilidades para a pesquisa coreográfica, segundo Favoreto. Assim como, há tempos, a dança descobriu a África e criou toda uma linha de trabalho a partir disso, chegou a hora de se (re)descobrir a América.

"É coerente descobrir a América agora", diz a coreógrafa. "Nos índios, não se sabe o que é dança e o que é movimento cotidiano. O corpo que dança é igual ao que cuida, caça, come."

Esse corpo integrado tem tudo a ver com o trabalho de coordenação motora e movimento consciente que orientam muito da criação contemporânea de dança --e boa parte do imaginário do ser urbano dos dias de hoje.

"A gente retoma uma coisa primordial no ser humano, essa integração entre corpo e mente

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

que acabou se fragmentando no processo evolutivo", diz Favoreto.

PAJELANÇA

O espetáculo começa com a apresentação de um mito de origem dos povos do Alto Rio Negro (Amazonas).

Segundo essa lenda, o mundo é criado a partir de uma cobra que, conforme serpenteia pelas águas do rio, vai depositando em suas margens cada um dos povos que povoarão a Terra.

No tablado montado sobre o palco do teatro, são as tribos escolhidas pelos bailarinos que ganham forma para, então, começarem o seu processo de transformação.

A pajelança coreografada é dividida em três partes, definidas pelos "detonadores da transformação", segundo Forjaz: fumaça (cachimbos, incenso), comida (que envolve a caça e a luta pela sobrevivência) e finalmente, canto e dança, a parte mais coletiva e festiva do espetáculo.

XAPIRI XAPIRIPE

QUANDO terças e quartas, às 20h30; até 26/2

ONDE Sesc Pinheiros, r. Paes Leme, 195, tel. (11) 3095-9400

QUANTO de R\$ 2 a R\$ 10

CLASSIFICAÇÃO livre

Suicídio entre adolescentes indígenas é tema de livro que será lançado hoje
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2013

Obra será lançada hoje na Rua Hayel Bon Faker, 6.290. O livro terá distribuição gratuita



Pesquisadora e antropóloga Maria de Lourdes é uma das autoras da obra (Foto : Hédio Fazan)

O livro "Suicídio adolescente em povos indígenas. Três estudos" será lançado hoje, às 18h, na Associação dos Jovens Indígenas (Aji), à Rua Hayel Bon Faker, 6.290, Altos das Paineiras, em Dourados.

A obra com distribuição gratuita é um estudo comparativo de três casos de suicídio entre a juventude indígena Awajún, do noroeste do Peru; Guarani da reserva de Dourados, do Brasil; e dos Embera do pacífico, da Colômbia. De autoria de pesquisadores dos três países, a obra é fruto de mais de uma década de pesquisa entre as comunidades indígenas.

Em Dourados, o livro será lançado pelos autores do texto sobre o estudo de caso no Brasil, a antropóloga Maria de Lourdes Beldi de Alcantara, o médico Zelik Trajber e a enfermeira Kaiowá Indianara Ramires Machado. No Peru os autores do texto são Irma Cerrón, Pedro Hierro e Malena Tuesta. Na Colômbia, Lina Yagarí e María Yagarí. O texto foi publicado e reunidos na obra pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas (Iwgia).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

De acordo com a antropóloga brasileira Maria de Lourdes Beldi de Alcantara, a obra foi resultado de um estudo interdisciplinar e intercultural realizado para o Unicef que tinha o objetivo de fazer uma primeira análise dos casos de suicídio indígena na América Latina. Para isso, casos paradigmáticos de estudo foram utilizados.

Por ser de caráter intercultural, a realização do trabalho contou com a participação de jovens indígenas. Como cada povo indígena tem particularidades diferentes, identificou-se que, no caso do Peru, os Awajún possuem um certo isolamento da sociedade ocidental, pela distância do território, diferentemente dos Guarani-Kaiowá, que se localizam às margens da cidade de Dourados, enquanto que os Embera, da Colômbia, têm uma semelhança com os Guarani-Kaiowá, porém com um forte contraste em relação a violência sofrida pelas Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

De acordo com a antropóloga Maria de Lourdes, por serem de etnias e países diferentes, as causas dos suicídios, que se caracterizam por serem de jovens, tem ao mesmo tempo causas múltiplas.



Manifestantes pedem o fim do pedágio em Ortigueira

SÍTIO DIÁRIO DOS CAMPOS, 30.01.2014

Melissa Eichelbaun

O pedágio localizado na cidade de Ortigueira, BR-376, foi fechado às 11 horas da manhã de ontem (29) por manifestantes que moram na cidade. O movimento foi intitulado 'Ortigueira livre' e contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas. As pessoas reivindicam a isenção do pedágio na cidade e a construção de trincheiras e passarelas para segurança dos pedestres. Os índios que moram perto da rodovia reclamaram dos atropelamentos que ocasionaram em 30 mortes de índios na região.

A Polícia Militar e Federal foram chamadas para acompanhar a manifestação. Na parte da manhã a praça de pedágio ficava interditada por meia e era liberada por 15 minutos. De acordo com informações da polícia, eles negociaram com os manifestantes que o pedágio seria liberado as 14 horas, mas não cumpriram o acordo. Até o fechamento dessa edição as pessoas ainda se encontravam no local.

Segundo informações da assessoria da CCR Rodonorte, que administra a estrada, não é possível conceder isenção da tarifa para os municípios de Ortigueira. A Lei Estadual 15.607/2007, que isentava os veículos pertencentes aos moradores de onde estão localizadas as Praças de Pedágio no Estado do Paraná, foi considerada inconstitucional pela Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e não cabe mais recurso.

Funai: Coordenador afastado foi "bode expiatório" dizem entidades

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2014

Acadêmicos e lideranças de entidades indígenas denunciam o que seria um movimento para colocar Ivã Bocchini como bode expiatório e enfraquecer a FUNAI no Amazonas



Carta Capital

Em nota divulgada nesta quarta-feira 29, lideranças de entidades e acadêmicos acusam a mídia e a imprensa local do Amazonas de utilizarem o Coordenador Regional da FUNAI em Madeira-AM, Ivã Bocchini, como bode expiatório para a crise instalada em Humaitá. O estopim da crise aconteceu no final de dezembro do ano passado, quando os índios Tenharim foram apontados pela população como os responsáveis pelo desaparecimento de três pessoas, em uma suposta retaliação à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado na beira da estrada com hematomas e um ferimento na cabeça. A nota aponta que a tentativa de atribuir a culpa dos acontecimentos à Bocchini "é insustentável", dada a complexidade da situação local.

A nota ainda diz que apontar o ex-coordenador como o único responsável "trata os Tenharim como marionetes sem vontade própria, incapazes de fazer uma análise das circunstâncias, a partir de seus próprios parâmetros, referências e práticas culturais". A entidades acusam ainda o poder público de não elucidar o caso da morte do índio de maneira que pudesse "restabelecer a convivência pacífica na região".

Confira a nota [publicada na íntegra por este blog em Como lembra o teólogo e professor da Universidade Católica de Brasília, José Lisboa de Oliveira, a metáfora do bode expiatório se

CONT.



origina em um episódio narrado no livro do Levítico. Conforme a narrativa, na festa judaica do Yom Kippur (o Dia da Expição na Torah), um bode era sorteado e, após “receber sobre si a confissão de todas as culpas do povo, era deixado só no deserto”. Com o passar do tempo, tal metáfora passou a simbolizar a pessoa que é escolhida – muitas vezes arbitrariamente – por um grupo para levar a culpa por uma situação negativa pela qual tal pessoa não é responsável. Trata-se, assim, “de um mecanismo de defesa coletivo irracional geralmente praticado sem provas, sem constatação de fatos reais e sem que a vítima tenha realmente cometido o crime”, cujo objetivo é “livrar a comunidade da responsabilidade pelo que nela acontece” ao condenar quem não praticou o crime.

Esse mecanismo de despistar a atenção na direção de um bode expiatório foi acionado como um estopim para a destruição do patrimônio público da FUNAI e da SESAI em Humaitá/AM por populares em tese revoltados pela não investigação do desaparecimento de três pessoas residentes naquele município e nos municípios vizinhos de Manicoré e Apuí, em um trecho da rodovia Transamazônica (BR-230) que corta a Terra Indígena Tenharim Marmelos. Tal desaparecimento foi imediatamente atribuído por portais de notícias locais aos Tenharim, supostamente incitados à vingança e à violência por uma postagem no blog da Coordenação Regional Madeira da FUNAI: o obituário do cacique Ivan Tenharim, redigido pelo então Coordenador Regional da FUNAI, Ivã Bocchini, no qual se mencionava a possibilidade do cacique não ter sido meramente vítima de um acidente de moto, quando voltava do distrito de Santo Antônio do Matupi para a sua aldeia. Referidos portais de notícia se apropriaram de modo indevido de imagens do IEB disponíveis na Internet, que retratam Ivã Bocchini participando de uma atividade de formação de gestores públicos e lideranças indígenas em Porto Velho/RO, e as manipularam acrescentando a legenda: “o culpado é ele” – e a disseminaram amplamente como ilustração das suas teses.

Ao tempo em que redigimos esta nota, um mês e meio já se passou desde a morte do cacique Ivan Tenharim, e pouco mais de um mês desde o desaparecimento das referidas pessoas, sem que as investigações tenham chegado a alguma conclusão satisfatória, que possa abrandar tanto o sofrimento das famílias dos desaparecidos com informações consistentes, quanto restabelecer a convivência pacífica na região. Enquanto isso, alastra-se a narrativa do bode expiatório, que prevalece tanto nas notícias plantadas e nas interpretações preconceituosas de parte da imprensa local, mas também foi assimilada pela mídia corporativa de alcance nacional, em franco desrespeito à inteligência e à dor dos familiares das três pessoas desaparecidas e dos Tenharim que perderam um estimado cacique – e que mereciam, ambos, apoio, conforto e solidariedade nesse momento, e não embustes a título de cobertura jornalística. Como de hábito, o governo federal, lamentavelmente, mais uma vez caiu na esparrela da mídia e exonerou unilateralmente o Coordenador Regional e a sua assessora sem proceder à apuração de fatos e nem dar-lhes chance de se explicar – como no sorteio dos bodes no Dia da Expição.

A tentativa de atribuir unilateral e exclusivamente ao Coordenador Regional da FUNAI, Ivã Bocchini, a culpa por tudo o que ocorreu em Humaitá desde a morte do cacique Ivan Tenharim, é insustentável por uma série de motivos – os mais evidentes dos quais enumeramos a seguir.

1. Ignora propositalmente a complexidade da situação local e a responsabilidade de múltiplos e
- CONT.



variados atores pela escalada do conflito, incluindo – principalmente – a própria omissão do Estado, em particular dos seus órgãos de segurança, na apuração ágil e competente de todos os fatos, o que poderia ter evitado que a situação chegasse aonde chegou. Por um lado, o Coordenador Regional oficiou as autoridades policiais após a morte do cacique Ivan e antes do desaparecimento das três pessoas, informando-as do crescente clima de tensão na área. Por outro, circularam relatos de que a legítima manifestação de familiares e amigos contra a morosidade na apuração do desaparecimento dos seus parentes teria sido instrumentalizada por grupos de interesse ansiosos por arrasar toda a infraestrutura de apoio aos povos indígenas da região, penosamente construída nos últimos oito anos, por sucessivas gestões da CR Madeira. A isso se somam os acirrados conflitos de terras e por recursos naturais na região e o quadro de ilegalidade em que se movimentam alguns atores locais, evidenciado por inúmeras operações de combate ao garimpo e à extração de madeira ilegais. Como na narrativa do Levítico, contudo, projetam-se todas as responsabilidades, iniquidades e transgressões ao bode enviado para a terra solitária do deserto.

2. Superdimensiona intencionalmente o potencial impacto do obituário do cacique Ivan Tenharim, postado no dia 06 de dezembro de 2013, no blog da CR Madeira, como se a postagem fosse capaz, por si só, de deflagrar tudo o que sucedeu depois e como se o blog tivesse o mesmo impacto que mídias convencionais de maior alcance, como rádio e televisão. Uma leitura “com olhos livres” do obituário, no qual se descrevem também aspectos dos ritos fúnebres Tenharim e das expressões rituais obrigatórias de seus sentimentos, é mais do que suficiente para afastar qualquer interpretação distorcida de que as eventuais suspeitas sobre as circunstâncias da morte do cacique, ali expressas, signifiquem algo sequer próximo de incitação e/ou apologia ao crime – como querem seus detratores. É importante, assim, por as coisas nos seus devidos lugares: é ingenuidade ou má fé supor que uma postagem singela seja capaz de disparar toda a cadeia de ações que sobreveio, e ignorar que Ivã nada mais fez que descrever as impressões que circulavam entre os próprios Tenharim sobre a morte de seu cacique, ao tempo das cerimônias fúnebres e do luto pelo mesmo. Em momento algum o texto faz acusações. Ao contrário, o obituário informa ao final que a FUNAI cobraria investigação das autoridades policiais para que fosse apontada a verdadeira causa da morte, como de fato ocorreu, não cumprindo Ivã mais do que o seu papel como Coordenador Regional.

3. Trata os Tenharim como marionetes sem vontade própria, incapazes de fazer uma análise das circunstâncias, a partir de seus próprios parâmetros, referências e práticas culturais, como se eles próprios não pudessem levantar as suas próprias suspeitas e definir o curso de suas ações – quaisquer que elas sejam. Essa visão dos Tenharim – e dos povos indígenas em geral – como expressão manifesta de um sujeito que, no fundo, está sempre oculto, é herdeira da mais crassa postura tutelar. Em sua ambiguidade, ela é talvez o elemento mais perverso de toda equação. Por um lado, porque concebe os indígenas como unidade internamente indiferenciada, facilitando alvejá-los em conjunto no empenho de criminalizá-los – como na expressão acusatória “foram os Tenharim” (não importa de que clã, de que aldeia, se cacique ou não, se criança, jovem, adulto, idoso, homem, mulher). Por outro, porque, ao fazê-lo, recusa-lhes exatamente a agência que lhes é própria, como se eles fossem incapazes de agir sem que haja uma pessoa e/ou instituição por detrás os manipulando. Segundo essa lógica, se faz necessário tanto agredi-los, como se o fez nos ataques e incêndios criminosos aos postos de cobrança de compensação na Terra Indígena, quanto destruir a reputação e as condições de

CONT.



atuação das instituições que os apoiam – e, supostamente, os manipulariam.

4. Por fim, a tese dos detratores desconhece o testemunho de várias pessoas e instituições, entre associações indígenas, outros órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), universidades, grupos de pesquisa e organizações não governamentais, entre os quais os signatários desta nota, que têm trabalhado em parceria com a CR Madeira nos últimos anos em uma variedade de iniciativas em apoio aos povos indígenas da região, desde gestões anteriores a de Ivã. Quem acompanha o que foi e é feito pela CR Madeira sabe que o quadro é exatamente o oposto do que pintam os que agem de má fé. Estamos lidando com pessoas sérias, de bem, engajadas e com trabalho comprometido com os indígenas; servidores públicos que gostam do que fazem; gente que dá gosto conhecer e trabalhar junto, e que ajudou a construir a CR praticamente do zero. Tal postura tem sido uma grata surpresa para os que trabalham há mais tempo na região, ainda marcada pelo racismo, preconceito e intolerância. Ivã e sua equipe, em particular, entre outras ações, vinham trabalhando em um modelo de gestão no qual a participação indígena era levada em conta, apostando no fortalecimento do Comitê Regional como instância de controle social da política indigenista, apoiando a organização dos povos indígenas (como no I Encontro de Lideranças do Movimento Indígena Morogita Kagwahiwa, organizado pela OPIAM em outubro de 2013, que reuniu mais de vinte povos indígenas do Amazonas e Rondônia, selando uma aliança em defesa dos direitos indígenas) e aprofundando as relações da CR com outros órgãos, tais como a Secretaria Municipal dos Povos Indígenas e o ICMBio (por meio dos conselhos da Floresta Nacional de Humaitá e do Parque Nacional dos Campos Amazônicos). A reativação do blog da CR Madeira, uma iniciativa da Coordenação anterior, era o vértice de um processo que visava dar transparência às ações da mesma, pois não se falou nisso até agora, mas lá também se postam notícias sobre as atividades desenvolvidas pela mesma, que, por sua vez, vêm sendo definidas no bojo de uma experiência embrionária de planejamento participativo. Sua exoneração e de outros da sua equipe deixa perplexos todos os que vinham trabalhando em parceria com a CR Madeira e os povos indígenas da região, pois aborda agendas positivas e planos de trabalho construídos conjuntamente entre os povos indígenas, a CR e instituições parceiras. Quicá não tenha sido este um dos objetivos dos que arruinaram a FUNAI e a SESAI, e que agora desejam sacrificar o bode expiatório?

Assim sendo, a criminalização antecipada dos Tenharim e a tentativa canhestra de culpabilizar Ivã Bocchini e sua equipe por tudo o que ocorreu desde meados de dezembro em Humaitá, sem provas circunstanciais consolidadas e sem a constatação de fatos reais – até contrariando evidências que apontam na direção contrária – se assemelham muito mais ao “mecanismo de defesa coletivo irracional” do bode expiatório, que transforma vítimas em culpados. A sua exoneração intempestiva sob a influência dessa narrativa embusteira, somada à dilapidação de todo o patrimônio público posto a serviço dos índios na região, ameaça seriamente a garantia dos direitos indígenas na região e a continuidade de experiências inovadoras de gestão pública que ali estavam em curso. Os signatários desta nota manifestam sua solidariedade às famílias dos desaparecidos, diante da falta de informações, aos Tenharim e demais povos indígenas da região, que se encontram sitiados em suas terras numa condição de apartheid, e a Ivã Bocchini e sua equipe, que vêm sendo irresponsavelmente fritos pela alta cúpula do governo e pela mídia. Confiamos que a FUNAI encontrará forças para reerguer-se na região e designar para a CR Madeira um Coordenador e servidores à altura do desafio que se apresenta. Esperamos, por

CONT.



fim, que o Estado brasileiro seja capaz de identificar e punir, na forma da lei, aqueles que são os verdadeiros responsáveis pelos crimes cometidos na região, pela destruição do patrimônio público e pela incitação à violência e às ameaças contra os povos indígenas.

Aginaldo Zawandu Zoró – Gestor da APIZ (Associação do Povo Indígena Zoró)

Ailton Dias – Coordenador do Programa SulAM – IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)

Alfredo Sep Kiat Zoró – Coordenador das Escolas Indígenas Zoró

Aline Polli – Analista Ambiental – ICMBio (Parque Nacional dos Campos Amazônicos)

Andreia Bavaresco – Assistente de Programa – IEB Brasília

Armando Soares Filho – Coordenador Regional da CR FUNAI Médio Purus – Lábrea, AM

Cloude de Souza Correia – Coordenador do Projeto Formar PNGATI – IEB Brasília

Comissão Pastoral da Terra – Rondônia

Edilson Waratan Zoró – Diretor Vice-Presidente da APIZ

Edineia Aparecida Isidoro – Professora da Licenciatura Intercultura da UNIR Ji-Paraná/RO

Edmundo Peggion – Professor da UNESP e da UFSCar

Felipe Ferreira Vander Velden – Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais/UFSCar

Francivane Fernandes – Assessora de Campo – IEB Humaitá

Glaucia Maria Quintino Baraúna – PPGAS/UFAM e PNCSA/UEA

Henyo Trindade Barretto Filho – Diretor Acadêmico – IEB Brasília

Humberto Zoró – Liderança Zoró

Iremar Antonio Ferreira – Coordenador do Instituto Madeira Vivo

Íris Moraes Araújo – Doutoranda em Antropologia Social – USP

Ivaneide 'Neidinha' Bandeira Cardozo – Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Jandira Keppi – Conselho de Missão Entre Povos Indígenas (COMIN)

Jania Maria de Paula – Professora do IFRO Campus Ji-Paraná – Doutoranda do PPGSCA/UFAM

Julia Otero – Doutoranda em Antropologia – PPGAS/UnB

Lediane Fani Felzke – Doutoranda em Antropologia Social – PPGAS/UnB

Ligia Neiva – Assistente Técnico de Ensino – FUNAI/CTL Rondolândia

Marcela Menezes – Assistente de Programa – IEB Brasília

Marcelo Horta Messias Franco – Sociólogo, Professor Substituto/Temporário de Sociologia – IFAM Campus Lábrea

Márcia Nunes Maciel – Instituto Madeira Vivo

Nara Luísa Reis de Andrade – Departamento de Engenharia Ambiental – UNIR

Organização Paderéehj

Plácido Costa – Presidente do Pacto das Águas

Rafael Illenseer – Indigenista Especializado – FUNAI/CTL Parintins

Renata da Silva Nobrega – Doutoranda em Sociologia – UNICAMP (CERES/LATA)

Roberta Amaral – Coordenadora do Escritório do IEB Humaitá

Sandra Mara Gonçalves – Assessora Técnica Administrativa da APIZ

Tiago Kapawandu Zoró – Diretor Presidente da APIZ

Conflitos territoriais: Adriana Ramos fala sobre os recentes ataques aos indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2014



“Os Povos Indígenas estão à frente da defesa de seus direitos; eles têm consciência de que vivem a última batalha pelas terras públicas do país, e estão se mobilizando por meio de suas associações representativas. Cabe às OSCs apoiar essas mobilizações e as demandas legítimas dessas comunidades”

Abong

Em entrevista à Abong – Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Adriana Ramos, do ISA – Instituto Socioambiental, fala sobre o ataque generalizado que sofrem os indígenas, uma questão de longa data e cada vez mais complexa para o país.

Adriana Ramos faz parte da Secretaria executiva adjunta do ISA, coordena o grupo de trabalho de florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e é membro da diretoria da ABONG.

Então, para iniciarmos, gostaria que apresentasse um breve panorama da situação indígena e os ataques que esses povos vêm sofrendo.

Os povos indígenas estão vivenciando o que eles mesmos chamaram de um “ataque generalizado aos direitos territoriais dessas populações que parte do governo, da bancada ruralista no Congresso e do lobby de grandes empresas de mineração e energia”.

Esse ataque se caracteriza por um conjunto de propostas legislativas de alteração do artigo 231 da Constituição Federal; ameaças de alteração nos procedimentos demarcatórios pelo governo federal; paralisação nos processos de reconhecimento territorial; e acirramento de conflitos em diversas regiões do país, incluindo os relativos à implantação de obras de infraestrutura sem os devidos processos de consulta previstos na legislação.

Os conflitos não são recentes, fazem parte de um processo sistemático de ataque aos direitos constitucionais, mas têm se agravado face a estratégia deliberada de alguns setores do agronegócio, notadamente a Confederação Nacional da Agricultura e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, que tem estimulado o acirramento desses conflitos, levando a situações como as recentemente vivenciadas pelos Tenharim no município de Humaitá, no Amazonas, quando a população destruiu escritório, carros e barcos da FUNAI e casas dentro da terra indígena, após acusação de que os indígenas teriam sequestrado moradores da região em represália à morte do cacique Ivan Tenharim.

Outro caso emblemático é o dos Guarani, do Mato Grosso do Sul, onde dezenas de comunidades aguardam por providências de demarcação de seus territórios, e onde os conflitos

CONT.



com fazendeiros já levaram a morte de muitas lideranças.

Em sua opinião, a sociedade civil organizada consegue se firmar no enfrentamento a essa violência? Quais são os avanços em termos de ações políticas concretas conquistadas pelas OSCs, ou seja, qual é o papel dessas organizações nesse enfrentamento?

Os Povos Indígenas estão à frente da defesa de seus direitos; eles têm consciência de que vivem a última batalha pelas terras públicas do país, e estão se mobilizando por meio de suas associações representativas. Cabe às OSCs apoiar essas mobilizações e as demandas legítimas dessas comunidades. Apesar dos avanços que tivemos desde a Constituição Federal, mais recentemente vemos que essa violência também tem sido perpetrada pelos próprios agentes públicos de segurança. No caso dos indígenas, há casos recentes de mortes em conflitos com a polícia federal. Nesse sentido, é fundamental que as OSCs cobrem o cumprimento da Constituição e a não criminalização dessas comunidades, como tem ocorrido em vários casos.

Como você vê o papel do governo federal neste contexto?

O governo federal tem um papel fundamental de garantir o cumprimento da Constituição e ser o tutor dos direitos dessas comunidades. A posição dúbia do governo acirra os conflitos e dá espaço para o desrespeito. É preciso que o governo seja claro no apoio à diversidade étnica do país, que contribua para maior conhecimento da população sobre a realidade indígena, para não dar espaço à intolerância e ao preconceito que são combustíveis da violência.

Qual a perspectivas para as próximas eleições em relação à continuidade deste modelo agro-extrativo e exportador apresentado pelo último governo?

O atual modelo econômico brasileiro privilegia a economia de base primária, colocando as atividades agro-extrativas em destaque e não há perspectiva de mudanças nesse modelo com as próximas eleições.

A reabertura e revisão do processo de demarcação das terras indígenas e invasão desses territórios indubitavelmente configuram-se como crimes aos direitos humanos. Gostaria de saber qual é o papel da mídia – tanto a “grande mídia” como a alternativa – no sentido de viabilizar, ocultar ou impedir essas ações e se atingem seu objetivo.

A grande mídia tem servido de apoio à estratégia do agronegócio de desconstituir os direitos territoriais de indígenas, quilombolas e extrativistas. Com raras e honrosas exceções, os grandes jornais e canais de televisão contribuem para ampliar a desinformação e o preconceito contra essas comunidades. A mídia alternativa tem dado uma boa contribuição no sentido de dar voz às lideranças desses movimentos, trazendo outras informações e abordagens, o que tem contribuído com a circulação da versão dos fatos pelas próprias comunidades.

Visto que os setores agro-extrativos parecem bem representados politicamente e judicialmente, como a sociedade civil pode melhorar a representatividade dos indígenas e ambientalistas no Congresso Nacional e no Judiciário e com quais instrumentos a população pode juntar-se à causa?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

O atual sistema eleitoral torna muito difícil a eleição de representantes de minorias como os indígenas. Por isso a pauta da reforma política é tão importante para a sociedade civil. Apesar disso, há muitos vereadores e até prefeitos indígenas pelo Brasil.

A melhor forma da população apoiar a causa é se manifestando por meio das petições e mobilizações de rua que já ocorreram em 2013 e voltarão a acontecer em 2014, e conversando com seus deputados e senadores para que não permitam retrocessos nos direitos territoriais.

-

*O ISA tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos e valorizar a diversidade socioambiental



Índios prometem bloquear rodovia em Sapucaia hoje, quinta-feira

SÍTIO PONTA PORÃ INFORMA, 30.01.2014

A Rodovia MS-289 corta pelo menos três quilômetros da Aldeia Taquapery

Índios da etnia guarani-kaiowá da Aldeia Taquapery, em Coronel Sapucaia, prometem bloquear por tempo indeterminado, hoje quinta-feira, 30 de janeiro, o trânsito na Rodovia MS-289, trecho que liga Coronel Sapucaia a cidade de Amambai.

De acordo com um documento encaminhado por indígenas ao Ministério Público Estadual (MPE) da Comarca de Amambai, o bloqueio da rodovia, que é o único acesso asfaltado à cidade da fronteira com o Paraguai, será em manifestação pela não nomeação de indígenas para lecionar na escola municipal que funciona dentro da reserva indígena.

MPE pede providências da PRE

Diante do documento recebido pelo Ministério Público Estadual, onde os indígenas informam a ação de bloqueio da rodovia, o promotor de Justiça da 2ª Promotora da Comarca de Amambai, Dr. Luiz Eduardo Sant'Anna Pinheiro, encaminhou um ofício a Polícia Militar Rodoviária Estadual (PRE) da base operacional de Amambai, solicitando a adoção de medidas cabíveis em relação a questão.

A Rodovia MS-289 corta pelo menos três quilômetros da Aldeia Taquapery, em Coronel Sapucaia.

O trecho da rodovia estadual já foi bloqueado várias vezes durante manifestações indígenas.

Com a via bloqueada, as unidas duas rotas para se sair e chegar ao município da fronteira é pela estrada vicinal denominada "Estrada Velha de Coronel Sapucaia", que liga Sapucaia a Amambai e tem aproximadamente 45 quilômetros de chão ou pela MS-165, que liga Coronel Sapucaia a Aral Moreira pela linha internacional que separa Brasil e Paraguai e tem aproximadamente 50 quilômetros, também de estrada de chão.



Índios Tupinambás e policiais trocam tiros em Buerarema, no sul da Bahia

SÍTIO BARRA 1, 30.01.2014

Índios da tribo Tupinambá e agentes da Polícia Federal (PF) trocaram tiros em Buerarema, no sul do estado, de acordo com informações da PF. De acordo com o órgão, duas fazendas foram reintegradas por ordem da justiça, uma base policial foi instalada em uma dessas fazendas e com isso, os índios precisaram deixar as terras.

Os índios colocaram barreiras nas principais vias que cortam a região de Buerarema e segundo a polícia, o objetivo da ação era isolar a base da Força Nacional que está na área de conflito.

“Os índios começaram a atirar na base policial de dentro do mato com armas de fogo e fogos de artifício.

Os policiais pediram reforços, então eles derrubaram mais de 10 árvores no meio da pista para impedir a chegada dos outros policiais” contou o delegado da Polícia Federal, Alex Cordeiro.

Ainda segundo a polícia, os agentes conseguiram chegar à base na manhã desta quarta (29). Ninguém ficou ferido na ação.

A índia Tupinambá, Magnólia Jesus da Silva, disse que os índios foram expulsos com a roupa do corpo das casas. “Eles mandaram todos saírem das casas, os índios nem conseguiram pegar nada, saíram com a roupa do corpo e agora estão no meio do mato.

Quando os índios gritam, eles [policiais] atiram para dentro do mato” relata Magnólia.

No mês de outubro do ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus, entrou com uma Ação Civil Pública pedindo novo prazo para que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decida a respeito do processo de demarcação do território indígena tupinambá na região de Buerarema.

O processo começou em 2004 e em abril de 2012, a consultoria jurídica do Ministério da Justiça emitiu parecer favorável à Fundação Nacional dos Índios (Funai). De acordo com o processo, o prazo para que o ministro desse um parecer seria de 30 dias, mas a ação já corre há um ano e meio, sem nenhuma decisão.

Ainda no mesmo mês, o governador da Bahia, Jaques Wagner se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Brasília, para discutir os conflitos de terra na região.

Após a reunião, foi decidido que o ministro iria comparecer à Bahia dias depois para a um encontro com lideranças indígenas e proprietários rurais com o objetivo de mediar o conflito de terras do município de Buerarema.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

Wagner afirmou que a mediação busca um entendimento na questão que envolve a disputa de uma área de 47 mil hectares.

Já o ministro, informou que a questão seria analisada com total imparcialidade e que o plano de segurança para restabelecimento da paz na região, está sendo elaborado de forma conjunta entre o Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Força Nacional de Segurança e Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Conflito

A localidade conhecida como Serra do Padeiro, entre Buerarema, Una e Ilhéus, é alvo de disputa entre índios e produtores rurais.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), indígenas estão ocupando fazendas na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que pertence aos índios Tupinambás.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que 300 indígenas Tupinambás participam das ações de ocupação das fazendas, que ficam em uma área de 47.376 hectares.

Segundo o Cimi, a área foi reconhecida pela Funai e o processo estaria parado no Ministério da Justiça, o que teria motivado a ocupação das terras.



O falido sistema prisional e o etnocídio contra os índios

SÍTIO O PROGRESSO, 30.01.2014

Wilson Matos da Silva

A realidade atual dos presídios brasileiros está longe de alcançar o objetivo ressocializador que tem a pena. As condições precárias e a superlotação carcerária que contribuem para que as penas no Brasil tenham sentido inverso ao que se busca, que seria a reinserção social, e o não cometimento, pelos mesmos indivíduos, de novos crimes ao retornarem para a sociedade.

A superlotação nas penitenciárias não permite o cumprimento ao que dispõe a LEP (Lei de Execução Penal), em seu artigo 88, onde prescreve o mandamus legal, que a cela tem que ser individual a cada condenado, e também que, o local seja adequado as condições humanas para a sobrevivência. A superlotação dos estabelecimentos penais, a Lei de Execução Penal ainda prevê no seu artigo 85 que "O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade".

O sistema penitenciário brasileiro atual, nada mais é do que uma herança dos antigos instrumentos e das formas utilizadas para conter a criminalidade e para punir indivíduos que cometiam algum crime. Nilo Batista (1990, p.125) já retratava que "Vestígios desse sistema, signo de uma formação social autoritária e estamental, encontram-se ainda hoje nas práticas penais (dis)funcionais das torturas, espancamentos e mortes com as quais grupos marginalizados, pobres e negros e índios costumam ser tratados por agências executivas do sistema penal ou por determinação de novos "senhores" Feudais.

Levantamentos realizado pelo Ministério Público, da conta de que dos 1.598 estabelecimentos prisionais inspecionados em março de 2013, em todo o Brasil, têm capacidade para 302.422 pessoas, mas abrigam 448.969 presos. O déficit é de 146.547 vagas (48%). Quase metade dos estabelecimentos (780) não possui cama para todos os presos e quase um quarto (365) não tem colchão para todos. A água para banho não é aquecida em dois terços dos estabelecimentos (1.009).

Não é fornecido material de higiene pessoal em 636 (40%) locais e não há fornecimento de toalha de banho em 1.060 (66%). A distribuição de preservativo não é feita em 671 estabelecimentos (42%). As visitas íntimas são garantidas em cerca de dois terços do sistema (1.039 estabelecimentos).

A maioria dos estabelecimentos não separa presos provisórios de definitivos (79%), presos primários dos reincidentes (78%) e os conforme a natureza do crime ou por periculosidade (68%). Entre março de 2012 e fevereiro de 2013, nas prisões inspecionadas, foram registradas 121 rebeliões e 769 mortes. Houve apreensão de droga em 40% dos locais inspecionados e foram registradas mais de 20 mil fugas, evasões ou ausência de retorno após concessão de benefício. Ao mesmo tempo, houve recaptura de 3.734 foragidos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18./ 2014

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

As atuais condições físicas do sistema penitenciário no Brasil, acarretam problemas muito maiores, - a exemplo do vem ocorrendo no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís MA, - que tem sua gênese na má acomodação dos presos e a própria dificuldade de convivência entre eles. Pior ainda, é a convivência de presos de baixa ou nenhuma periculosidade com presos altamente perigosos, transformando os presídios em verdadeiras "Escolas do Crime".

É bom lembrar que e nesse sistema falido que corrompe mais o indivíduo ao in vez de ressocializar o detento que está sendo, enclausurado os índios em franca desrespeito às normas internacionais protetivas dos Direitos humanos aos povos indígenas. Só no mato grosso do sul são de 600 índios presos, destes 453 presos não se comunica na língua portuguesa é um verdadeiro etnocídio institucionalizado. O MS pratica o etnocentrismo desde sempre contra a frágil população indígena, já que o Etnocentrismo é a dificuldade de pensar a diferença, de ver o mundo com os olhos dos outros.

O fato de que o ser humano vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Os agentes estatais que observam as outras culturas - especialmente a indígena - em função da sua própria cultura, tomando-a como padrão para valorizar e hierarquizar as restantes. Com a palavra a Ministério Público, cujo mesmo, tem o dever institucional de defender os interesses indígenas.

o autor é índio Residente na Aldeia Jaguapiru Advogado, OABMS 10.689 e Jornalista SRTE 773MS - Email: nosliwsotam@gmail.com